

**TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**MUNICÍPIO DE GUARATUBA**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XX/2026**  
**INEXIGIBILIDADE XX/2026**  
(Processo Administrativo nº 3794/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXX/XXXX**, QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GUARATUBA E **XXXXX**.

O **MUNICÍPIO DE GUARATUBA** com sede na Rua Dr. João Cândido, nº 380, Centro, na cidade de Guaratuba/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.017.474/0001-08, neste ato representado pelo Srº Prefeito, portador da Matrícula Funcional nº 158651, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **XXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXX**, em **XXXXX**, e-mail **XXXXXX**, telefone **XXXXXX**, doravante designado CONTRATADO. Neste ato representado(a) por **XXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 3794/2026 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Inexigibilidade de Licitação nº XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é o credenciamento de empresas integrantes da rede de concessionárias ou oficinas autorizadas pelos fabricantes de veículos automotores, para a prestação de serviços de revisões periódicas obrigatórias em veículos integrantes da frota do Município de Guaratuba, visando exclusivamente a preservação da garantia de fábrica e o cumprimento dos planos de manutenção técnica dos fabricantes.

**1.2.** Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Revisões Periódicas Obrigatórias de Frota, conforme Plano de	SV	01	R\$ 368.703,84	R\$ 368.703,84

	Manutenção do Fabricante, na Rede Autorizada				
--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Estudo Técnico Preliminar;

1.3.2. O Termo de Referência;

1.3.3. O Edital de Chamamento Público;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do resultado do chamamento público, podendo ser prorrogado conforme interesse da Administração.

2.2. Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogados nos termos da legislação vigente.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução é de prestação de serviços **sob demanda**, conforme o fluxo de quilometragem da frota. Os prazos de entrega, observação e recebimento do objeto constam detalhadamente no Termo de Referência, que integra este instrumento.

3.2. A execução dos serviços observará o sistema de **rodízio** entre as credenciadas, respeitada a marca do veículo, a ordem definida em sorteio público e os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Dada a natureza da contratação não é admitida a subcontratação.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 368.703,84 (trezentos e sessenta e oito mil setecentos e três reais e oitenta e quatro centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REVISÃO E REAJUSTE**

### **7.1. DA REVISÃO:**

7.1.1. Os valores contratados poderão ser revistos, a qualquer tempo, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, nos casos e na forma previstos na legislação aplicável.

### **7.2. DO REAJUSTE:**

7.2.1. O reajuste dos valores contratuais poderá ocorrer após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observado o índice previsto no Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução dos serviços, para que seja por ele corrigido ou reparado, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

- 8.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1.** A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.12.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1.** Executar os serviços de revisões periódicas obrigatórias nos veículos da frota municipal, conforme especificações do fabricante e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.2.** Realizar os serviços por meio de concessionária ou oficina autorizada pelo fabricante do veículo, observando os procedimentos técnicos previstos nos manuais de manutenção;
- 9.3.** Cumprir os prazos e condições estabelecidos para a execução dos serviços, conforme solicitação da Administração;
- 9.4.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

9.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento;

9.6. Emitir a nota fiscal correspondente após a execução dos serviços, para fins de pagamento.

9.7. Responsabilizar-se pela guarda, conservação e integridade dos veículos do Município enquanto estiverem sob sua posse para execução dos serviços, respondendo por eventuais danos, avarias, extravios, furtos ou prejuízos causados durante a execução.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Aquele que incorrer em infrações ficará sujeito às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 25.394, de 14 de maio de 2024, que regulamenta o procedimento de credenciamento no âmbito do Município de Guaratuba, sem prejuízo de eventuais implicações penais, nos termos do Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**12.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.4.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

**12.4.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.4.3.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.5.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.5.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.5.3** Indenizações e multas.

**12.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**12.7.** O contrato poderá ser extinto:

**12.7.1** Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**12.7.2** Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação observarão a correlação de despesas indicada pela Diretora Geral de Planejamento no Movimento 19 do Protocolo Administrativo, que integra o presente processo administrativo:

**RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DESDOBRAMENTO**  
**DA DESPESA COMPATIBILIDADE PPA/LDO/LOA – CONFORMIDADE PCA 2025**

3	3	90	39	19	00	3.3.90.39.19.00	2026	<b>MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS</b>	<b>S</b>	Registrar o valor das despesas com serviços de reparos, consertos e revisões de veículos, tais como: alinhamento e balanceamento, estofamento, funilaria, instalação elétrica, lanternagem, mecânica, pintura, franquia e afins.
---	---	----	----	----	----	-----------------	------	---	----------	--

3	3	90	30	39	00	3.3.90.30.39.00	2026	<b>MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS</b>	<b>S</b>	Registrar o valor das despesas com materiais para aplicação e manutenção de veículos rodoviários, viaturas blindadas e tratores em geral, tais como: água destilada, amortecedores, baterias, borrachas, buzina, cabos de acelerador, cabos de embreagem, câmara de ar, carburador completo, coifa, colar de embreagem, condensador e platinado, correias, disco de embreagem, ignição, junta homocinética, lâmpadas e lanternas para veículos, lonas e pastilhas de freio, mangueiras, material utilizado em lanternagem e pintura, motor de reposição, para-brisa, para-choque, platô, pneus, reparos, retentores, retrovisores, rolamentos, tapetes, válvula da marcha-lenta e termostática, velas e afins.
---	---	----	----	----	----	-----------------	------	---	----------	--

Para lançamentos de empenhos desta despesa, informamos que no Orçamento Anual para o Exercício / 2026 – pelo prazo LOA 2026, consta autorizado a seguinte dotação orçamentária, com previsão de arrecadação para a referida despesa:

138	05.001.10.301.0005.2010.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	303
169	05.001.10.301.0005.2011.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	303
211	5.001.10.302.0005.2013.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	303
238	05.001.10.304.0005.2014.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	303
265	05.001.10.305.0005.2015.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	303
63	03.001.04.004.0003.2005.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	1000



#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaratuba/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Guaratuba/PR, XX de XXXXX de 20XX.



**MUNICÍPIO DE GUARATUBA**

**Mauricio Lense**

Matrícula 158651

Prefeito

**Secretário Municipal da Administração**

**Paulo Renato Weigert**

Matrícula 162631

Secretário

XXXXXX

(Nome completo)

CPF nº XXXXXXXXX

Representante legal